

CONQUISTA SE GARANTE COM SABEDORIA.

Em pese a necessidade de observarmos os elementos corporativos (que se traduzem na pauta de reivindicação) e, sobretudo, os indicadores sobre a greve que são emitidos das rodadas de negociações, é preciso contextualizar o movimento de greve dos técnicos administrativos em educação na perspectiva da conjuntura. Se a greve dos técnicos não encontram perspectivas para resolução do ponto de vista corporativo – face os limites da conjuntura -, só lhe resta ter com objetivo o elemento político: inserir-se na disputa travada entre os dois programas: neoliberalismo x desenvolvimentismo. Não tenhamos nenhuma dúvida quanto ao papel das forças majoritárias que compõem a direção da Fasubra: elas estarão ao lado da reação.

Temos uma tarefa nesta semana onde a serenidade, mas principalmente a firmeza, serão preponderantes no debate com a categoria sobre as reais possibilidades de avançar no processo de greve. Neste debate não podemos maquiagem a realidade e, portanto é preciso expor todos os elementos da conjuntura para compreender a situação em que fomos colocados.

Reorganizando a memória: em dezembro a categoria avaliou o indicativo de greve dos SPFs,. Na plenária de fevereiro, frustrada a greve geral dos SPFs, a plenária transformou a decisão das bases que aprovaram a greve geral em uma greve específica. Com a deliberação daquela plenária colocamos a categoria numa luta isolada, onde a pauta se centra no cumprimento do acordo tendo também outros elementos de caráter mais político com declaração pública de que quanto aos ganhos financeiros tínhamos limitadores, mas que também tínhamos bandeiras políticas importantes que justificavam a greve. Assim, a questão financeira ficou secundarizada naquela plenária.

Inegavelmente, a aprovação da greve para 17 de março provocou uma reação do governo que de imediato estabeleceu uma agenda de negociação e isto deve ser considerado pela categoria. No entanto, isto não significa que a manutenção da greve vá fazer o governo ceder mais ainda, como afirma a majoritária. A ação do governo de estabelecer uma agenda de negociação foi somente no limite de dar cabo ao cumprimento do acordo de greve no seu todo, ou seja, “bater o martelo” quanto ao resultado dos GTs e tão somente isto.

A direção da Federação, apesar dos discursos diferenciados no microfone, quando se sentou a mesa de negociação no dia 17 de fevereiro, teve a mesma compreensão dos limites impostos pela conjuntura e foi unânime em responder ao governo que não

MAR-02

01010

2 2

estávamos ali para repactuar o acordo e apresentar uma pauta nova. E ouvindo a gravação da reunião encontraremos Gibran afirmando ao governo que "se o governo apresentasse uma proposta com ganhos para a categoria mesmo sem impacto financeiro a categoria iria rever a posição". Esta posição se repete na reunião do dia 26 quando, na abertura da reunião o secretário executivo do MEC, Luiz Claudio afirmou que estavam ali para finalizar a negociação do acordo de greve como estava pleiteando a Fasubra e que o debate se daria nestes limites e não estaria em pauta nada que resultasse em impacto financeiro. A chapa majoritária da FASUBRA não apresentou nenhuma contraposição; ao contrario se limitou a questionar a data da próxima reunião para debater os gts. Isto tudo até a nossa intervenção discordando da proposta do governo e insistindo em que os demais pontos da pauta eram desdobramentos do acordo de greve. A utilização deste argumento nos permitiu então incluir no âmbito do debate dos gts pontos da pauta como: aplicação do artigo 30 da lei 12772 aos TAEs; reconhecimento dos cursos de pós graduação feitos no exterior; eleições paritárias para reitor etc... Outro detalhe importante foi o silêncio da majoritária quanto ao fato dos dois pontos políticos - revogação da EBSERH e Reforma da Previdência ou seja admitiram não debater nesta mesa de negociação. Conclusão: acataram sem resmungos a agenda estabelecida pelo governo. Nesta logica, teve sequência ao processo negocial nos limites impostos pelo governo.

Anunciada pelo secretário Paulo Speller a finalização dos trabalhos, não exigiram sequer o estabelecimento de agenda para debater o aprimoramento da carreira.

Importante compreender estes detalhes para ter consciência da tática de mesa utilizada por eles, que denota a contradição entre o discurso e a pratica deles e para, além disto, reconhecer que a politica deles é tão somente contrapor para atender os interesses particulares e não o interesse da categoria.

Com base então na lógica aplicada na mesa negocial, aceitando não haver impacto financeiro e se restringindo ao debate dos resultados dos GTs, é notório que tivemos avanços que não podem ser ignorados, pois na plenária afirmaram, para justificar a greve, que tínhamos questões políticas importantes para a categoria. No campo das bandeiras políticas da categoria registramos então que a proposta do governo de estabelecer a paridade no processo de escolha para reitor nas universidades se constitui numa grande vitória da categoria pois há tempo lutamos pela remoção dos entulhos autoritários de FHC. Ou alguém abandonou esta luta? Buscando ver outros elementos da pauta temos ainda, para consolidar uma conquista dos TAEs que foi o Plano Nacional de Qualificação dos TAEs, na proposta do governo a aplicação do artigo 30 da lei 12772 que elimina a exigência de aguardarmos 03 anos e 04 anos para liberação do trabalhador/a para mestrado e doutorado; a alteração do paragrafo 6º do artigo 10 do PCCTAE (pauta da greve anterior) que além de estender o uso de disciplinas isoladas para efeito de capacitação para toda a categoria inclui agora as disciplina dos cursos de especialização.

Em relação aos demais GTs, temos a aprovação de minuta de portaria estabelecendo o dimensionamento de força de trabalho de acordo com a proposta da FASUBRA; a implementação imediata do que foi consenso no tema da racionalização ficando os dissensos remetidos para a CNSC; e quanto ao reposicionamento dos aposentados ficou mantida a posição do MEC de continuar debatendo dentro do governo. Enfim aquilo que houve consenso será encaminhado e quanto aos dissensos o governo não bateu o martelo mantendo uma agenda de debates.

Quanto aos demais pontos, registramos que a majoritária não exigiu na mesa o debate sobre a EBSERH. Talvez para serem coerentes com a postura inicial de concordar com a agenda do governo.

O que temos que compreender é que a única proposta que atingiria a base como um todo seria a de reajuste geral, a partir do piso, o que está fora de cogitação, pois a federação assinou um acordo de greve 2012 que vale até março de 2015. Assim o que pode ser trabalhado foram avanços que contemplam a categoria no todo, como eleições paritárias, e parcelas da categoria no que tange ao desenvolvimento, principalmente para os novos que hoje já representam mais de 1/3 dos TAEs, o que não é pouca coisa.

Quanto a nossa proposta indicamos aceitar a proposta apresentada pelo governo,

resultado da negociação com a FASUBRA e suspendermos a greve específica. Não podemos vacilar, pois se perdermos será vitoriosa a política do “8 ou 80”, ou seja, do tudo ou nada. Propomos também, seguirmos mobilizados em torno da pauta geral dos SPF, reivindicando política salarial e data-base. Mas num movimento de conjunto e não em uma greve específica e isolada. 3

Importante levar em consideração as palavras do Ministro da Educação Henrique Paim de que “não será possível sustentar esta proposta com a greve em curso”.

Traduzindo, todos estes avanços estão condicionados a suspensão da greve.

Bom Debate a todos.

Oposição CUTista na FASUBRA

TRIBO; RESSIGNIFICAR e INDEPENDENTES

---